

AESM



ALUNOSBASICO.SECRETARIA
@AE-SALVATERRA.PT



263 500310

RUA DO PARQUE
2120-092 SALVATERRA DE
MAGOS

MATRÍCULAS NA REDE DE ENSINO PÚBLICO

PRÉ-ESCOLAR | 1.º CICLO

ANO LETIVO 2020-2021

Nos termos do Despacho Normativo nº 5/2020, que procede à alteração do Despacho Normativo nº6/2018, com as devidas alterações que estabelecem as medidas excecionais efetuadas pelo Decreto-Lei n.º14-G/2020

A matrícula tem lugar para ingresso, pela primeira vez:

1. Na educação pré -escolar;
2. No 1.º ciclo do ensino básico;

A matrícula de crianças que completem 3 anos de idade até 15 de setembro, ou entre essa idade e a idade de ingresso no 1.º ciclo do ensino básico, é efetuada na educação pré -escolar.

A matrícula de crianças, na educação pré-escolar, que completem 3 anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro é aceite, a título condicional, dependendo a sua aceitação definitiva da existência de vaga nos grupos já constituídos, depois de aplicadas as prioridades definidas no artigo 10.º do presente despacho normativo, podendo a criança frequentar as atividades educativas e as atividades de animação e de apoio à família a partir da data do respetivo início.

A matrícula, na educação pré-escolar, das crianças que completam 3 anos de idade entre 1 de janeiro e o final do ano letivo, pode ser feita ao longo do ano letivo, e é aceite definitivamente desde que haja vaga, depois de aplicadas as prioridades definidas no artigo 10.º do presente despacho normativo, podendo frequentar a partir da data em que



perfaz a idade mínima de frequência da educação pré-escolar.

A matrícula no 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico é obrigatória para as crianças que completem 6 anos de idade até 15 de setembro.

As crianças que completem os 6 anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro podem ingressar no 1.º ciclo do ensino básico se tal for requerido pelo encarregado de educação, dependendo a sua aceitação definitiva da existência de vaga nas turmas já constituídas, depois de aplicadas as prioridades definidas no n.º 1 do artigo 11.º do presente despacho normativo.

Em situações excecionais previstas na lei, o membro do Governo responsável pela área da educação pode autorizar, a requerimento do encarregado da educação, a antecipação ou o adiamento da matrícula no 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico.

O requerimento referido no número anterior é apresentado, consoante o caso, no estabelecimento de educação e de ensino frequentado pela criança ou no estabelecimento de educação e de ensino que pretende frequentar, preferencialmente por correio eletrónico, até 15 de maio do ano escolar imediatamente anterior ao pretendido para a antecipação ou adiamento da matrícula, dirigido ao respetivo diretor, acompanhado por proposta da equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva.

A matrícula considera-se condicional, só se tornando definitiva quando estiver concluído o processo de distribuição das crianças e dos alunos pelos estabelecimentos de educação e de ensino.





A divulgação das listas de crianças e alunos relativas à matrícula ou à renovação de matrícula na educação pré-escolar e no ensino básico serão divulgadas em cada estabelecimento de educação e de ensino até 15 de Julho de 2020.

PERÍODO DE MATRÍCULA

Na educação pré-escolar e no 1.º ano do ensino básico, o período normal para matrícula é fixado entre **o dia 4 de maio e o dia 30 de junho de 2020.**

As matrículas recebidas até 30 de junho são consideradas imediatamente após essa data para efeitos de seriação, sendo as demais sujeitas a seriação em momento posterior.

APRESENTAÇÃO DO PEDIDO DE MATRÍCULA

O pedido de matrícula é apresentado, preferencialmente, via Internet na aplicação Portal das Matrículas (portaldasmatriculas.edu.gov.pt), com o recurso a uma das seguintes formas de autenticação: cartão de cidadão, chave móvel digital ou credenciais de acesso ao Portal das Finanças.

Não sendo possível cumprir o disposto no número anterior, o pedido de matrícula pode ser apresentado de modo presencial nos serviços competentes do estabelecimento de educação e de ensino da área da residência do aluno, independentemente das preferências manifestadas para a frequência, procedendo esses serviços ao registo eletrónico da matrícula na aplicação informática referida no número anterior ou noutra indicada pelo Ministério da Educação.

No ato de matrícula, o encarregado de educação ou o aluno, quando maior, indica, por





ordem de preferência, cinco estabelecimentos de educação ou de ensino, sempre que possível, cuja escolha de frequência é a pretendida.

Para os efeitos previstos no número anterior, devem os estabelecimentos de educação e de ensino informar previamente os alunos ou os encarregados de educação da rede e oferta educativa existente.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS NO ATO DA MATRÍCULA

No ato de matrícula, os estabelecimentos de educação e de ensino recolhem:

- uma fotografia
- o número de identificação fiscal (NIF) de todas as crianças e alunos, no caso de o terem atribuído;
- os dados relativos à composição do agregado familiar por último validados pela Autoridade Tributária;
- o número de utente do Serviço Nacional de Saúde (SNS);
- o número de cartão de utente de saúde/beneficiário;
- a identificação da entidade e o número relativo ao subsistema de saúde, se aplicável;
- o número de identificação da segurança social (NISS) das crianças e alunos beneficiários da





prestação social de abono de família que seja pago pela segurança social.

No ato de matrícula, os estabelecimentos de educação e de ensino recolhem dados que permitem uma adequada identificação do encarregado de educação, nomeadamente:

- tipo e número de documento de identificação,
- número de identificação fiscal (NIF), no caso de o terem atribuído,
- contactos,
- morada,
- data de nascimento
- habilitações.

O disposto no número anterior está sujeito aos limites constitucionais e legais, designadamente ao previsto na legislação sobre proteção de dados pessoais, no que diz respeito ao acesso e tratamento desses dados.

O Diretor
Alberto Correia

